



MINISTÉRIO DA FAZENDA

CVQC

Sessão de 22 de agosto de 1990

ACÓRDÃO Nº 103-10.558

Recurso nº 96.213 - IRPJ - EXS: DE 1984 e 1985

Recorrente SECULUS S/A.

Recorrid DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE - MG

IRPJ - NULIDADE - É nula a decisão de primeiro grau que não aponte os fundamentos para manter a exigência, por cerceamento do direito de defesa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SECULUS S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em declarar a nulidade da decisão de primeira instância para que outra seja proferida na boa e devida forma.

Sala das Sessões-DF., em 22 de agosto de 1990.

LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA

NA PRESIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGIMENTO INTERNO.

ANTONIO PASSOS COSTA DE OLIVEIRA

RELATOR

ZAINITO HOLANDA BRAGA
23 AGO 1990

PROCURADOR DA FAZENDA
NACIONAL

VISTO EM
SESSÃO DE:

Participaram, ainda, do presente julgameto os seguintes conselheiros:
FRANCISCO DE PAULA SCHETTINI, LÓRGIO RIBEIRO, DÍCLER DE ASSUNÇÃO, BRAZ JANUÁRIO PINTO e CARLOS EMANUEL DOS SANTOS PAIVA (Suplente).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Processo nº 10680/007.806/88-68
Recurso nº 96.213
Acórdão nº 103-10.558
Recorrente: SECULUS S/A.

R E L A T Ó R I O

SECULUS S/A., CGC 17.159.393/0001-83, recorre a este Conselho da decisão do Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte que manteve em parte o lançamento "ex officio" para os exercícios de 1984 e 1985.

2. Entre os tópicos da matéria tributável consta a glosa de despesas de viagem sob o fundamento de que não fora comprovada a sua necessidade, conforme item 3.3 do auto de infração de fls. 02/03. A parte que compõe a matéria litigiosa, desse tópico, assim se quantifica:

- Ex. de 1984, p.b. de 1983 - Cr\$ 174.802
- Ex. de 1985, p.b. de 1984 - Cr\$ 3.566.031

3. Em sua impugnação de fls. 68/80, tempestivamente apresentada, apresenta a contribuinte os documentos de fls. 585 / 599 e 623/634, em relação ao exercício de 1984; e os de fls. 698 / 708, 710/713, 741/743, 745, 750/779, 787, 817, 854/856, 862,866, 900 e 963, em relação ao exercício de 1985. Em suas razões sustenta que: as despesas referem-se a viagens dos diretores, dos representantes comerciais e dos empregados no sentido de realizar os seus objetivos sociais e, também, de excelentes clientes para visitar a fábrica e efetuar os seus pedidos de compras; são despesas que guardam estrita e necessária correlação com a sua atividade; são custos razoáveis e compatíveis com o seu negócio; são despesas normais e usuais, pois são de praxe em qualquer tipo de comércio; a visita de clientes à fábrica tem maior alcance promocional para uma empresa atacadista do que qualquer meio de comunicação social; isto porque os clientes-compradores podem conhecer a capacidade produtiva do fabricante, a qualidade de seus produtos e a sua tradição de mercado.

4. Em sua contestação de fls. 978/982 os autuantes

relacionaram os documentos indicados no item anterior e informaram que os mesmos não deveriam ser aceitos, apontando na coluna intitulada "motivo": despesa c/ cliente, despesas particulares e passagens aéreas.

5. A autoridade julgadora de primeira instância, em sua decisão de fls. 985/989, limitou-se a dizer, em relação às despesas de viagem: "A análise feita pela fiscalização (fls. 981) dos documentos juntados para justificar a tributação relativa ao item 3.3 está correta. Mantidos, portanto, os valores de Cr\$... 8.436.097 (exercício 1984) e Cr\$ 21.801.135 (exercício 1985).

6. Cientificada a contribuinte dessa decisão em 6 de outubro de 1989, uma sexta-feira, no dia 6 de novembro seguinte deu ela entrada em seu recurso de fls. 993/1007. Por considerar-se cerceada em seu direito de defesa, levanta a recorrente a preliminar de nulidade do julgamento em primeira instância argumentando que a não aceitação da documentação relativa às despesas de viagem veio ausente de fundamento. quanto ao mérito, insiste nas razões trazidas pela peça impugnatória.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro ANTONIO PASSOS COSTA DE OLIVEIRA, Relator:

O recurso é tempestivo.

2. Conforme demonstra o item 5 do relatório, a decisão do julgador singular, no que se refere às despesas de viagem, contentou-se, tão-somente, em referendar a contestação por considerar a sua análise correta. Uma abordagem nesse estilo exigiria que a informação dos autuantes também fosse peça integrante do próprio julgamento. O exame atento, porém, da intimação nº 911/89 (fls. 990) indica que apenas a cópia da decisão foi remetida à con-

A.J.

tribuiente, que, dessa forma, não teria tido acesso aos fundamentos que justificaram a manutenção da exigência, naquela parte por ela considerada como litigiosa.

3. Mas, mesmo que a cópia da decisão tivesse sido enviada à contribuinte ou dela tivesse tomado conhecimento mediante vista dos autos, os fundamentos que levaram os autuantes a não aceitar os documentos permaneceriam desconhecidos. A menos que se queira tomar as chamadas "Despesa c/ clientes", "Despesas particulares" e "Passagens aéreas", constantes da coluna MOTIVO (fls.... 981), como esses fundamentos. Se assim se fizer, entretanto, abolido estará o contraditório porque, em relação aos clientes, por exemplo, a contribuinte arrolou uma série de razões para justificar a normalidade, a usualidade, a necessidade e, por decorrência, a dedutibilidade das despesas de viagem. Não se sabe quais as contra-razões dos autuantes. Mesmo a chamada "Despesas particulares", por si só mais elucidativa, exige os seus porquês.

4. ante o exposto, impõe-se concluir que a decisão da autoridade julgadora de primeira instância não foi proferida de conformidade com o artigo 31 do Decreto nº 70.235/72, importando a falta de fundamentos, no particular, no cerceamento do direito de defesa e na sua nulidade, nos termos do artigo 59, II do referido Decreto que regulamenta o processo administrativo fiscal.

VOTO, pois, no sentido de se acolher a preliminar suscitada, para declarar nula a decisão recorrida a fim de que outra seja prolatada com observância das prescrições legais.

Brasília-DF., em 22 de agosto de 1990.


ANTONIO PASSOS COSTA DE OLIVEIRA - RELATOR

